



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
politização do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i>
Terceira variação: conflitos, direitos e Estado	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranhos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luís Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Capítulo 13

Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno¹

Luís Guilherme Resende de Assis

Este capítulo é dedicado à memória de Isa Pacheco, indigenista e antropóloga das linhas de frente e defesa dos povos indígenas no Brasil. A pesquisa de campo aqui referida não poderia ter ocorrido sem seu incisivo apoio e orientação.

Introdução

Neste ensaio, gostaria de introduzir o leitor a um conflito socioambiental específico marcado pela disputa por legitimidade sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território Monte Pascoal e seu entorno. Ao longo da história, a área foi pensada e territorializada – com noções de Parque Monumental, Parque Nacional, Aldeamento, Reserva Indígena, Área Indígena e, finalmente, Terra Indígena – como parte de um complexo de relações sociais e econômicas das quais o povo Pataxó, tradicionais habitantes, ficou alheio como protagonista, pelo menos até os anos de 1990. Tento resumir a dinâmica de ressignificações do espaço no tempo, a partir dessas relações entre agentes do Estado e da comunidade local, atentando para os reflexos objetivos na organização política dos pataxós. Para tanto, apoio-me em certas diretrizes teóricas que contribuem para a elucidação e a complexificação do conflito que dura aproximadamente 60 anos.

Arranjo conceitual

Conforme Groenewold (apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 23), as ações humanas ocorrem em três dimensões políticas possíveis,

¹ Este texto foi escrito em 2004 para a seleção de mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília e posterior apresentação em reuniões do Geri. É o resultado e resumo da monografia de graduação intitulada *A produção de instrumentos de mediação de conflitos socioambientais: o caso da sobreposição entre o território tradicionalmente ocupado pelos pataxós do Monte Pascoal e do Parque Nacional do Monte Pascoal* (RESENDE DE ASSIS, 2004). O texto foi sutilmente modificado para esta obra. Foram mantidas as estruturas textual, argumentativa e bibliográfica originais, para que se resguardasse a perspectiva teórica e etnográfica experimentadas na época.



quais sejam: a microesfera, que comporta as relações cotidianas, familiares etc.; a mesoesfera, da política nacional; e a macroesfera relativa aos valores universalistas que incidem sobre todos os povos². O conflito do Monte Pascoal é caracterizado por mediações de agentes da mesoesfera que descem ao nível local visando compatibilizar os valores locais com os interesses nacionais de destinação da área, tecendo a malha imaginária da unidade nacional³.

O processo de acomodação da micro na mesoesfera resulta em estruturas de relações particulares à arena de ação política e comunicativa das partes, não contemplando a totalidade dos valores do Estado ou da comunidade, mas tangenciando-os em determinados aspectos. Tais estruturas podem ser pensadas em termos da defasagem entre normas e práticas expressas num *conjunto de ideias sobre a distribuição do poder entre pessoas e grupos de pessoas* (LEACH, 1995, p. 68). Embora o caso birmanês não remeta necessariamente a agentes estatais, a apropriação é válida na medida que nos permite encarar as estruturas da prática e da defasagem como objeto privilegiado para compreender a construção do Estado. Para tanto, tomarei como foco central deste trabalho a produção de consensos – quiçá virtuais – em comunidades de argumentação *dentro da estrutura suplementar ou paralela subjacente à estrutura institucional formal* (WOLF, 2003, p. 111, grifo meu). São subjacentes porque produzidas em níveis intermediários entre o local e o nacional – micro e meso.

No processo de negociação de significados no interior de uma Comunidade de Argumentação com pretensão democrática, como proposto por Cardoso de Oliveira (1996), são estabelecidos consensos mínimos, a partir da livre argumentação das partes, capazes de assegurar uma conduta comum considerada por todos como adequada. Esse conjunto de expectativas mútuas atende a demandas argumentativas postas no embate de ideias e questões e, por isso, escapam às expectativas anteriores das partes quando novas são negociadas na argumentação. Assim como para Wolf (2003), no caso mexicano, o que nos interessa aqui é uma rede de relações que conecte localidades e instituições

² Obviamente, os valores universalistas são formulados em lugares específicos, o que implica, em consequência, geopolíticas do conhecimento (MIGNOLO, 2001) entremeadas com valores, práticas e discursos cosmopolitas. Estes estão imersos em relações de poder de toda a ordem, inclusive cosmológica e epistemológica, em que o humano, o político e o social estão em franca competição (muitas vezes, desiguais). Este trabalho não aprofunda tais questões. Cabe aqui apenas situar que a macroesfera refere-se ao espaço de operação de valores cosmopolitas, isto é, aqueles que incidem sobre uma humanidade pensada como unidade, bem como aos princípios morais tomados como universais. Sobre cosmopolitismo e cosmopolíticas, ver Robbins (1998) e Ribeiro (2005 e 2001).

³ Sobre a ideia do Estado como malha imaginária, ver Souza e Lima (1995).



nacionais, interessando-nos, sobremaneira, não as comunidades em si ou instituições, mas arranjos de pessoas. É a partir daí que me aproprio da ideia de Comunidade de Argumentação. Se focarmos no limite de um perigoso limiar entre o que é natural e humano é possível verificar a significação do que seja natureza ou humanidade e, com isso, o que seja parque ou terra indígena, ou o que seja minha competência ou sua competência, pois resulta de consensos mínimos estabelecidos – mesmo em conflito –, ou seja, depende da atribuição de significados em relações coletivas. Esses acordos mediam a conduta, programando-a no tempo e no espaço como *softwares* de realidades sociais particulares e de artefatos culturais (BARRETO FILHO, 2001, p. 32).

Esses conceitos são mecanismos teórico-explicativos que amparam a análise de um processo nada linear e muito complexo que tentamos organizar “hipoteticamente” para compreender antropológicamente. Como disse Leach, “muito mais difícil é relacionar tal abstração com os dados do trabalho empírico de campo” (LEACH, 1995, p. 68).

Dinâmica do conflito por recursos e território: o caso Pataxó de Monte Pascoal

Territorialização implica reorganização social. Segundo Oliveira, *A atribuição a uma sociedade de base territorial fixa constitui-se em ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais* (OLIVEIRA, 1999, p. 20). A criação de Barra Velha, em 1861, região onde até hoje habitam, fixa hordas de bandos de diversas etnias, sendo os pataxós os mais numerosos (PARAÍSO, 1992). Até então, os contatos entre povos indígenas e colonizadores foram perenes, mas significativos, já que antes haviam sido aldeados em Prado⁴ em função da necessidade de aproveitamento de canaviais nativos (remanescentes da exploração canieira na região), coincidentemente estabelecidos nos arredores da região de Barra Velha. Dada a sedentarização do grupo Pataxó, anteriormente organizado em bandos não muito mais numerosos do que uma centena de indivíduos (SAMPAIO, 2000, p. 2), o palco das transformações sociais previstas acima por Oliveira estaria armado. As decorrências da criação da aldeia, que geram conflitos

⁴ Paraíso informa que com o deslocamento da guarda da Bahia para Prado os bandos pataxós dividiram-se etnicamente no que hoje conhecemos como Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe (PARAÍSO, 1971).



por recursos naturais, começariam na primeira metade dos anos de 1940 quando chega à Barra Velha um ilustre desconhecido: o dr. Barros⁵ (CARVALHO, 1977).

Do Grupo do dr. Barros ao Grupo das Indenizações

Desde os anos de 1930, a orientação política na mesoesfera era tornar a natureza e a ciência patrimônios do Estado, protegendo-as do mercado e da propriedade privada, ao revés de qualquer contestação. Foi um período de vasta produção legislativa para ordenar mosaicos de diferentes categorias de áreas protegidas, criadas anteriormente, marcado pela *transição do liberalismo para a ampliação do papel do Estado na condução da modernização capitalista do País e na articulação, centralizada e autoritária, de sua unidade nacional* (BARRETO FILHO, 2001, p. 127-128). Os povos indígenas eram vistos como mão de obra em potencial e, ao mesmo tempo, guardavam o estado humano original, anterior ao homem civilizado, aproximando-se mais do direito das coisas do que das gentes. Essa ambiguidade indica a instauração da tutela ou, conforme Sousa Lima (1995), o grande cerco de paz em toda sua complexidade.

A chegada do dr. Barros em Barra Velha com uma equipe de pessoas de longe está inserida no ambiente político nacional apresentado acima. Conforme Castro (1940 apud CARVALHO, 1977), tratava-se de um grupo instituído pelo presidente da República para *determinar o ponto exato do descobrimento do Brasil*, relacionado ao Decreto-Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943, promulgado pelo então interventor federal no estado da Bahia, em que *cria o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, com prerrogativas de monumento nacional, e dá outras providências*. Nota-se no decreto-lei que a criação do parque objetivava menos a preservação, nos moldes que conhecemos hoje⁶, do que as expectativas de conquista e ocupação territorial, nacionalismo e modernização. No decreto-lei não há qualquer menção a populações indígenas na área.

A expectativa levantada pelos pataxós quanto ao grupo da “medição” atendia a demandas relativamente alheias a esse panorama da mesoesfera. No nível micro, a exploração de madeira e a especulação imobiliária promovidas pela sociedade “branca” envolvente da região do Monte Pascoal affligiam o grupo Pataxó. Por isso, viam em dr. Barros um socorro dos “brancos de longe”

⁵ Não foi possível identificar quem exatamente era o dr. Barros. Suspeita-se que possa ser um dos primeiros demarcadores de áreas para a preservação no Brasil, como o Parque da Tijuca, por exemplo. Manoel Santana, liderança Pataxó, refere-se a ele como Aurelino Costa Barros ou Barreiro ou somente Aurelino Barreiro. O filho da Sra. Josefa, outra figura importante na história Pataxó, afirma que ele era estrangeiro assim como toda a comitiva, o que é improvável, segundo Carvalho e outros velhos da aldeia.



quanto à ameaça imputada pelos “brancos de perto”⁷, que tentavam lotear a região, demarcando frações de acordo com a densidade madeireira por hectare. Em uma reformulação do passado, sr. Manoel Santana, pajé da aldeia Boca da Mata⁸, afirma que dr. Barros seria um “poderoso” do Estado mandado por Getúlio Vargas e Rondon para proteger os índios dos maus-tratos dos serralleiros e das ameaças dos grileiros.

Os primeiros intermediários pataxós na história do conflito foram o contratados por dr. Barros para realizar a demarcação de uma área que, segundo ele, seria destinada aos índios. Ao chegar a Caraíva, o grupo percebeu a dificuldade de acesso e teve que criar alianças de outra ordem com os pataxós, muito além das relações puramente profissionais. Segundo Carvalho, em entrevista concedida em 2004, dr. Barros só conseguiu contratar pataxós para o trabalho porque alegou que estava ali para demarcar a área deles. De outra forma, eles não concordariam. Ao concluir o serviço, o dr. Barros informou que os índios teriam de evitar o uso de certos lugares, pois seria instituído um parque, e que eles poderiam ser solicitados a sair da área (VIEIRA DE OLIVEIRA, 1985).

A nova informação, que desmontava a compreensão dos pataxós sobre consensos criados nessa germinal e corrompida Comunidade de Argumentação⁹, estabeleceu formas de ação política inteiramente novas e baseadas em seu sedentarismo geográfico e significação do espaço. Os intermediários da comunidade – contratados por Barros – passam a ser vistos negativamente pelo grupo.

Capitão Honório, liderança Pataxó da época, estimulado por seus liderados, empreendeu uma viagem ao Rio de Janeiro para buscar soluções. Voltou sem resultados objetivos, apenas com a promessa de que enviariam intermediários do Estado para averiguar a situação. Nesse interstício, chegaram dois cidadãos estimulando – fingindo ser intermediários do Estado – um saque na Vila de Corumbau. O ato é realizado por eles e termina com a trágica Guerra de 51 (ocorrida no ano de 1951) quando os pataxós foram atacados pelas polícias de Prado e de Porto Seguro, e sofreram a mais significativa ameaça quanto a sua identidade coletiva. Como resultado, quase uma década

⁷ Muito similar à análise e ao gráfico de L. Cardoso de Oliveira sobre as relações interétnicas contidas no caso do Velho Cego Krahô, uma adaptação da estória de João e Maria dos irmãos Grimm. (L. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1999, p. 84).

⁸ Boca da Mata foi criada em 1981, após um acordo entre a Funai e o IBDF, que destinou aos pataxós uma faixa exclusiva no Parque de Monte Pascoal. Situa-se na margem direita do Córrego Cemitério, pouco acima de sua confluência com o Caraíva (SAMPAIO, 2000).

⁹ Sim, pois tratavam-se de consensos sobre a resignificação do espaço para os pataxós, já que teriam a garantia da terra que estava sendo invadida por grileiros inescrupulosos que avançavam sobre a Mata Atlântica e sobre seu território.



de relativa diáspora do grupo. Nesse período, atentam-se para a situação étnica diferenciada e desvantajosa nas relações que passam a estabelecer nas fazendas aos arredores de Barra Velha. Na diáspora, os pataxós incrementaram seus conhecimentos sobre agricultura, uma vez que se submetiam a trabalhar em fazendas vizinhas por muito menos que um trabalhador rural comum. Depois da diáspora, emerge um novo intermediário disposto a atuar em benefício de sua comunidade junto ao Estado.

Epifânio, pai do atual cacique da Aldeia Barra Velha¹⁰, empreende uma busca de parentes nas fazendas do sul do estado e vagarosamente alcança sucesso. Ao retornarem, a área estava ocupada por capixabas e mineiros. O parque, que até então só existia no papel, foi criado em 1961, no curto período parlamentarista. A área original – demarcação de dr. Barros – foi reduzida consideravelmente. Mais uma vez os pataxós foram completamente desconsiderados no texto da legislação¹¹.

Novos intermediários do Estado chegaram à área e propuseram indenizações aos caboclos¹². No início dos anos de 1960, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) instalou infraestrutura na área, que, novamente ressignificou o espaço tanto para os intermediários da nação quanto para os intermediários locais e seus representados. Para o Estado, a área era um parque de uso restrito à pesquisa e à recreação. Para os pataxós, era um diferencial étnico, sinal diacrítico máximo de sua condição, e o lugar onde poderiam reconstruir sua vida coletiva, o último refúgio (VIEIRA DE OLIVEIRA, 1985).

Os posseiros capixabas e os mineiros aceitaram as indenizações, o que até hoje é reconhecido por muitos pataxós como a garantia do que ainda existe de mata e de sua existência coletiva como grupo etnicamente diferenciado (AGOSTINHO, 1980, p. 2). Muitos índios também aceitaram, outros fugiram temendo uma nova Guerra de 51. Os que ficaram e resistiram foram representados pelo discurso de dona Josefa: *Eu não vou lá receber [a indenização], eu não, porque isso aqui é meu, nasci e me criei aqui, meu pai e os avós, todos nascidos e criados aqui dentro da área e essa área é nossa* (filho de dona Josefa reproduzindo a fala de sua falecida mãe em entrevista ao autor).

¹⁰ Realização da pesquisa etnográfica em 2003-2004.

¹¹ Ver Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961.

¹² Não havia ainda a consciência do grupo para a denominação oficial, como afirma Sampaio, de índios, pois apenas sabiam que eram discriminados em função da Guerra de 51 e dos períodos posteriores.



Aos resistentes das indenizações, desconsiderados como portadores de direitos indígenas, “sobrou” o momento mais vívido de conflito com os guardas do parque, em função das roças abertas, o que ia de encontro com as expectativas da categoria em relação ao terreno que ganhariam do Estado.

Brasília era vista como uma possibilidade de resolução do impasse pelos pataxós e, mais uma vez, uma afinidade com os “brancos de longe” pôde ser identificada. Epifânio então foi solicitado para empreender uma viagem até a capital. Esta, entretanto, dispensou novos arranjos produtivos na aldeia, que estava praticamente vazia. O itinerário era mais difícil e boa parte dos poucos excedentes foi doado a Epifânio para que pudesse obter êxito na missão. Seguiu rumo à Brasília e, diferente de Honório, seu antecessor, voltou com boas novas. Em 15 dias chegaria alguém para tomar as providências¹³. Solicitaram que se reunissem o máximo de pessoas para recepcionar os agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e/ou autoridades que viriam de longe, pois haveria de mostrar a eles que ali tinha mesmo índio e que eles mereciam a terra. O processo de aglomeração de parentes espalhados resultou em grupos divergentes na aldeia, que, posteriormente, tomaram posições opostas quanto à presença do Ibama na área.

A Funai instalou o posto em 1968 e reabriu as roças em 1971, período considerado como “os anos dourados” pelos velhos entrevistados em campo, pois além das evidentes vantagens adquiridas foi o momento em que vislumbraram a possibilidade de serem reconhecidos etnicamente. Mas os conflitos com os guardas só cessaria posteriormente.

Do primeiro laudo antropológico à retomada do parque

Sabendo das notícias dos conflitos em Barra Velha e do fluxo migratório de caboclos rumo à aldeia, e tendo a Funai interesse em negociar a transferência da população para outra área, em favor do parque, Agostinho resolveu empreender uma viagem de reconhecimento com um grupo de pesquisadores em 8 de dezembro de 1971, data considerada como o início do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb)¹⁴. Foi então

¹³ Segundo Carvalho, o SPI até tentou enviar um agente entre a guerra e a criação do parque, mas ele não conseguiu chegar à aldeia Bom Jardim – como era conhecida Barra Velha – em função da chuva.

¹⁴ Conforme Oliveira: *É a partir de fatos de natureza política que os atuais povos indígenas do Nordeste são colocados como objeto de atenção para os antropólogos sediados nas universidades da região. (...) Organizados e mobilizados mais tarde pela criação da Anai e Pineb, os antropólogos produzem uma quantidade expressiva de artigos, relatórios e laudos que ampliam o conhecimento empírico sobre as condições de existência da população indígena do estado, gerando dados e argumentos que fortalecem suas demandas* (OLIVEIRA, 1999, p. 16).



que novos atores, agora em defesa dos pataxós, entraram na arena. Há uma mudança estrutural no conflito, pois o relatório apresentado à Funai caracteriza-os como população indígena (AGOSTINHO, 1971).

Em meio às lutas políticas dos indigenistas contra o projeto de emancipação, a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) emergiu como um braço político do Pineb, formando novos intermediários em favor do direito dos povos indígenas. Pouco antes, Agostinho e Carvalho foram solicitados a escrever um plano para a demarcação da área, rapidamente negado pelos intermediários pataxós, pois deixava de fora da demarcação o Monte Pascoal. O resultado foi o refluxo do conflito com os guardas do parque e uma retomada em 1980 da área onde atualmente estão as aldeias Boca da Mata e Meio da Mata. Soma-se a essa questão a criação da BR-101 e o crescimento da atividade madeireira na área, com o incentivo da produção de gamelas de madeira para comercialização, o que acirra as acusações dos ambientalistas de que os pataxós seriam destruidores da Mata Atlântica.

Com a Constituição de 1988, a principal bandeira dos intermediários indigenistas da sociedade civil passou a ser a demarcação da terra indígena. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) chegou à região no início dos anos de 1990, quando a atual área da Terra Indígena Barra Velha foi homologada sem o consentimento de um laudo antropológico como determina a legislação. Anai, Pineb e Cimi configuram atualmente o bloco de intermediários contrários à permanência da categoria parque nacional na região, tradicionalmente ocupada pelos pataxós, e com ela toda a máquina administrativa do Ibama.

Nesse ínterim, os ambientalistas conquistaram algumas vitórias, como a proibição de corte de madeira na Mata Atlântica em 1990¹⁵. Há, também, no início dos anos de 1990, a consolidação da Rede ONG da Mata Atlântica, que possibilitou diversos *lobbies* ambientalistas quanto à produção de leis de proteção à Mata Atlântica. É importante salientar que ambientalistas e indigenistas constituíam intermediários que procuravam dialogar diretamente com os pataxós e essas mediações refletiam diretamente nos rumos políticos e no aumento de intermediários na comunidade.

O Cimi organizou com algumas lideranças um histórico de perdas do território ao longo dos anos. Esse instrumento, consolidado consensualmente, foi fundamental para o fortalecimento da consciência e da vontade dos pataxós em retomar seu território.

¹⁵ Decreto Federal nº 99.547/90; ver também Projeto de Lei nº 3.285/92 e Decreto nº 750/93.



Em 1994, o Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba), junto com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepeds), ambos representantes da sociedade civil do movimento ambientalista, discutiram a questão do Parque Nacional do Monte Pascoal que passava por sérios problemas na administração. (...) *a pressão sobre a área do parque seja por motivos econômicos ou simbólicos, seja pelos pataxós ou por outras populações locais, acirrou cada vez mais o conflito entre os índios e a administração da unidade* (FALEIRO, 2001).

Em 1996, todos os intermediários da comunidade, sociedade civil e Estado, com seus diferentes interesses em jogo reuniram-se para discutir a questão e criaram, com isso, bases consideradas legítimas para a resolução do conflito. Os ambientalistas realizaram um projeto para a valorização do artesanato e a recuperação da mata. Os indigenistas e lideranças da comunidade reafirmaram a necessidade de criação de um grupo de trabalho (GT) para a identificação do território. Mais uma vez, os consensos criados foram violados pela morosidade dos recursos “prometidos” pelos ambientalistas.

Em 1997, os pataxós tentaram retomar o parque, mas foram impedidos por força policial. Em 18 de agosto de 1999, um dia depois da publicação da portaria que autoriza a criação do GT de identificação, finalmente o fazem, depois de 3 dias reunidos em assembleia em Boca da Mata, o centro das decisões políticas dos pataxós.

A retomada provocou um “racha” nas relações antes estabelecidas não só entre os intermediários não indígenas, mas, fundamentalmente, entre os próprios pataxós. Isso foi assegurado em carta ao povo e às autoridades brasileiras que pretendiam cuidar do parque e zelar pela sua integridade. A assunção de tal dívida foi o motivo da atual configuração política do conflito e impôs alguns dilemas para todos os envolvidos.

Dilemas da mediação do conflito e sua configuração atual

Com a retomada de 1999, o grupo de intermediários ambientalistas da sociedade civil utilizou a dívida assumida pelos pataxós para negociar um plano de gestão compartilhada do parque, alegando que havia recursos disponíveis. O dilema fundamental desses intermediários era a ambiguidade que assumia a categoria de parque em relação a sua concepção original. Sua intermediação foi voltada para o Estado e, por um lado, foram responsabilizados pelos indigenistas por contribuir com a não demarcação da área como terra indígena e, por outro, foram acusados pelos ambientalistas da mesoesfera por violarem uma categoria de unidade de conservação arduamente conquistada na história



das lutas ambientalistas por políticas públicas. A condição de intermediários, no caso dos ambientalistas que pregavam a gestão compartilhada do parque, foi mantida porque a retirada da população indígena não foi compreendida como uma solução adequada politicamente.

Por parte dos indigenistas o dilema era outro: os pataxós assumiram a dívida com o Estado para manter a integridade do parque. Como poderia o GT de identificação e revisão de limites sustentar a tese de que os índios não eram os degradadores do meio ambiente se houvesse uma perda de biodiversidade entre o início dos trabalhos e o seu final? O projeto de cooperação técnica, principal “inimigo”, estaria funcionando ambigualmente nesse sentido¹⁶.

Os pataxós dividiram-se incisivamente entre os que apoiavam o projeto – brigadistas indígenas contratados pelo Ibama, agentes ambientais indígenas e algumas aldeias – e os que não apoiavam – Frente de Resistência e Luta Pataxó –, bem como as aldeias fora da área demarcada. Para os primeiros, o dilema era que, apoiando o projeto de gestão compartilhada, provocariam relações de alianças ambíguas, já que os ambientalistas jamais reconheceriam a descaracterização do parque como unidade de conservação (UC) de uso indireto, até que se estabelecesse legislação adequada. As lealdades firmadas pareciam contradizer a luta histórica pelo território.

Como são contra a presença do Ibama na área, por meio de um projeto de cooperação técnica, os pataxós se depararam com outro dilema: como cumprir com o compromisso assumido perante a Nação – mesoesfera – sem um suporte técnico que adequasse a atividade produtiva dos pataxós com os parâmetros não índios sobre preservação de uma UC de uso indireto?

A situação da mediação do conflito pela apropriação de recursos naturais e simbólicos no Monte Pascoal era bastante complexa e colocou as partes em relação de dependência quanto as suas demandas. Essas relações foram consideradas como particulares ao conflito, no sentido que Simmel (1983) deu a ele, como forma social positiva. Ao longo da história Pataxó, a significação do espaço foi modificada em grupos ou Comunidades de Argumentação – enquanto categorias explicativas – particulares a um contexto sincrônico. Nesse sentido, a perspectiva parte fatural da significação do meio ambiente e das relações sociais pode ser evidenciada. Qualquer solução considerada democrática deve levar em consideração todas as vozes interessadas e libertá-las para a discursividade de suas demandas.

¹⁶ A demarcação foi concluída.

Referências

AGOSTINHO, P. Bases para o estabelecimento da Reserva Pataxó. São Paulo, **Revista de Antropologia**, Separata do volume 23, 1980.

AGOSTINHO, P. **Relatório sobre trabalho de campo efetuado entre os Pataxó de Barra Velha**. Município de Porto Seguro, Bahia, 1971.

BARRETO FILHO, H. T. **Da Nação ao planeta através da Natureza**: uma abordagem antropológica das Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia Brasileira. 2001. Tese (Doutorado) - PPGAS/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **O velho cego**: uma reflexão krahó sobre o contato interétnico. Anuário Antropológico/99. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A pesquisa científica como instrumento de conhecimento e de transformação social**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. (Ensaaios Antropológicos sobre Moral e Ética).

CARVALHO, M. R. **Os pataxó de Barra Velha**: seu subsistema econômico. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

FALEIRO, R. P. **Retomada ou invasão**: percepção das instituições governamentais sobre a ocupação do Monte Pascoal pelos índios. Brasília: Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri), 2001.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 1995.

MIGNOLO, W. D. Introducción. In: MIGNOLO, W. (Org.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**. El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001. p. 9-53.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos Índios Misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A VIAGEM da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PARAÍSO, M. H. B. **Amixocori, pataxó, monoxó, kumanaxó, kutaxó, kutatok, maxacali, malali e makoni**. Povos indígenas diferenciados ou sub-grupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. Caxambu, MG: Anpocs, 1992.

PARAÍSO, M. H. B. **Qual o futuro dos pataxó**: projeto global levanta história da ocupação das terras dos índios da Bahia em busca de uma solução. Brasília: Informativo Funai, 1976.



RIBEIRO, G. L. **Antropologias mundiais: cosmopolíticas, poder e teoria em antropologia.** Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2005. (Série Antropologia, 379).

RIBEIRO, G. L. Post-imperialismo. Para una discusión después del multiculturalismo y Del post-colonialismo. In: MATO, D. (Org.). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización.** Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 161-183.

ROBBINS, B. Actually Existing Cosmopolitanism. In: CHEAH, P.; ROBBINS, B. **Cosmopolitics: thinking and feeling beyond the nation.** Minneapolis and London: University of Minnesota, 1998. p. 1-19.

SAMPAIO, J. A. **Breve história da presença indígena no extremo sul bahiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal.** In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., 2000. Fórum de Pesquisa 3 - Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação. Brasília.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito.** In: MORAES FILHO, G. S. (Org.). **Georg Simmel: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA LIMA, A. C. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIEIRA DE OLIVEIRA, C. **Barra Velha: o último refúgio.** Londrina, 1985.

WOLF, E. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder - contribuições de Eric Wolf.** Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Unicamp, 2003.
